

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Projeto Básico 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO	LEANDRO DOS REIS PERES SCUISSATO	10/04/2026 16:47 (v 0.6)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		9243/2026

1. Descrição do objeto da contratação

A solução proposta consiste na demolição da edificação existente da Escola Municipalizada Irani Costa e na construção de uma nova unidade escolar no mesmo terreno, com o objetivo de atender, de forma plena e eficiente, às demandas da Secretaria Municipal de Educação, garantindo melhores condições de ensino, segurança, acessibilidade e conforto à comunidade escolar.

A intervenção justifica-se em razão das limitações estruturais, funcionais e de desempenho da edificação atual, a qual não atende satisfatoriamente às normas técnicas vigentes nem às necessidades pedagógicas contemporâneas. Dessa forma, a substituição integral da edificação apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, proporcionando melhor aproveitamento do espaço público e maior durabilidade da infraestrutura.

A contratação será estruturada de modo a abranger, de forma integrada e completa, todas as etapas, serviços e insumos indispensáveis à entrega da obra em pleno funcionamento, garantindo que a unidade escolar seja disponibilizada em condições adequadas de uso, segurança e desempenho.

A solução contempla a execução dos seguintes componentes:

a) Elaboração e/ou compatibilização de projetos executivos

Inclui a elaboração de projetos executivos complementares e a compatibilização entre as disciplinas (arquitetônica, estrutural, elétrica, hidrossanitária, entre outras), quando necessário, visando assegurar a adequada execução da obra, evitar interferências e otimizar os recursos públicos.

b) Demolição da edificação existente

Compreende a remoção integral da estrutura atual, incluindo:

- Desmonte estrutural de forma segura e controlada;
- Segregação dos resíduos gerados, conforme sua classificação;
- Transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação vigente.

c) Construção da nova unidade escolar

Abrange a execução completa da edificação, contemplando:

- Serviços preliminares, instalação e mobilização do canteiro de obras;
- Execução da infraestrutura (fundações), conforme características geotécnicas do terreno;
- Execução da superestrutura (concreto armado, estrutura metálica ou solução equivalente tecnicamente adequada);
- Alvenarias, vedações verticais e elementos construtivos;
- Cobertura com materiais adequados ao conforto térmico e à durabilidade;
- Instalações elétricas, hidrossanitárias, de drenagem e demais sistemas prediais;
- Implantação de sistemas de prevenção e combate a incêndio, conforme normas específicas;
- Revestimentos internos e externos, acabamentos e esquadrias, observando padrões de qualidade, durabilidade e facilidade de manutenção.

d) Execução de áreas externas e infraestrutura de apoio

Inclui:

- Implantação de calçadas acessíveis, em conformidade com as normas de acessibilidade;
- Pavimentação de áreas internas de circulação e acesso;
- Execução de sistema de drenagem pluvial;
- Adequação e organização dos acessos à unidade escolar;
- Urbanização básica do entorno imediato, quando aplicável.

e) Finalização e entrega da obra

Compreende a limpeza geral da obra, testes operacionais das instalações, correções finais e entrega da edificação em plenas condições de funcionamento, apta à utilização pela comunidade escolar.

Todos os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à acessibilidade, segurança estrutural, desempenho das edificações, conforto ambiental e eficiência energética, garantindo a qualidade e a sustentabilidade da obra.

A execução do objeto será realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, considerando a necessidade de maior flexibilidade na execução contratual, em razão de possíveis variações quantitativas inerentes à natureza da obra, especialmente nas etapas de demolição e infraestrutura. Tal regime permite maior precisão na medição e remuneração dos serviços efetivamente executados, contribuindo para o controle e a transparência da aplicação dos recursos públicos.

A gestão e fiscalização contratual serão realizadas por equipe designada pela Administração Pública, composta por gestor do contrato e fiscais técnicos, responsáveis pelo acompanhamento da execução, verificação da conformidade dos serviços e validação das medições.

Os pagamentos serão efetuados com base em medições periódicas dos serviços efetivamente executados, observando:

- Levantamento em campo dos quantitativos realizados;
- Aplicação dos preços unitários contratados aos quantitativos medidos;
- Vinculação ao cronograma físico-financeiro;
- Aprovação prévia pela fiscalização competente;
- Formalização por meio de boletins de medição e relatórios técnicos.

A adoção do regime de empreitada por preço unitário confere maior segurança jurídica e administrativa à contratação, além de proporcionar flexibilidade para ajustes quantitativos sem comprometer a economicidade e a eficiência do contrato.

Sob a ótica do interesse público, a solução proposta apresenta melhor desempenho ao longo do ciclo de vida da edificação, reduzindo custos de manutenção, minimizando riscos estruturais e assegurando infraestrutura adequada, moderna e funcional para o atendimento da comunidade escolar.

Dessa forma, a solução proposta atende plenamente aos objetivos da Administração Pública, estabelecendo base técnica consistente para a elaboração do Termo de Referência, do Projeto Básico/Executivo e para a adequada condução do processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente.

2. Planta de localização da intervenção

A planta integrante do projeto referente ao presente processo licitatório encontra-se disponível no **Anexo I- Mapa da Localização** deste Projeto Básico, correspondente ao endereço situado na AV. 15, QD.22, LT.02-03, VILA LEONOR.

3. Elementos gráficos de engenharia

Os elementos gráficos, compostos por plantas, cortes, elevações e detalhes em escalas adequadas, encontram-se disponíveis no:

- **Anexo II - Proj. Arquitetônico Prancha 1;**
- **Anexo III - Proj. Arquitetônico Prancha 2;**
- **Anexo IV - Proj. Arquitetônico Prancha 3;**
- **Anexo V - Proj. Arquitetônico Prancha 4;**
- **Anexo VI - Proj. Arquitetônico Prancha 5;**
- **Anexo VII - Proj. Arquitetônico Prancha 6;**
- **Anexo VIII - Proj. Cabeamento Estruturado;**
- **Anexo IX - Proj. Climatização;**
- **Anexo X - Proj. Elétrico Prancha 1;**
- **Anexo XI - Proj. Elétrico Prancha 2;**
- **Anexo XII - Proj. Estrutural Prancha 1;**
- **Anexo XIII - Proj. Estrutural Prancha 2;**

- **Anexo XIV - Proj. Estrutural Prancha 3;**
- **Anexo XV - Proj. Estrutural Prancha 4;**
- **Anexo XI - Proj. Estrutural Prancha 5;**
- **Anexo XII - Proj. Estrutural Prancha 6;**
- **Anexo XIII - Proj. Estrutural Prancha 7;**
- **Anexo XIX - Proj. Estrutural Prancha 8;**
- **Anexo XX - Proj. Estrutural Prancha 9;**
- **Anexo XXI - Proj. Estrutural Prancha 10;**
- **Anexo XXII - Proj. Estrutural Prancha 11;**
- **Anexo XXIII - Proj. Estrutural Prancha 12;**
- **Anexo XXIV - Proj. Estrutura Metálica;**
- **Anexo XXV - Proj. Gás;**
- **Anexo XXVI - Proj. Hidráulico Prancha 1;**
- **Anexo XXVII - Proj. Hidráulico Prancha 2;**
- **Anexo XXVIII - Proj. Hidráulico Prancha 3;**
- **Anexo XXIX - Proj. PPCI Prancha 1;**
- **Anexo XXX - Proj. PPCI Prancha 2;**
- **Anexo XXXI - Proj. Sanitário Prancha 1;**
- **Anexo XXXII - Proj. Sanitário Prancha 2;**

Tais documentos possibilitam a compreensão inequívoca da intervenção proposta e foram elaborados por profissionais legalmente habilitados.

4. Estudos topográficos

O estudo topográfico do presente projeto encontra-se no **Anexo XXXIII**, contendo todas as informações necessárias para a correta compreensão das características físicas da área em análise. O levantamento foi realizado por meio de métodos e equipamentos adequados, garantindo precisão na obtenção dos dados planialtimétricos do terreno.

As informações coletadas subsidiaram a elaboração das plantas e serviram como base para o desenvolvimento do projeto, possibilitando a adequada implantação das estruturas propostas, bem como a análise das condições de declividade, drenagem e movimentação de terra.

Dessa forma, o estudo topográfico constitui ferramenta fundamental para assegurar a viabilidade técnica do projeto, contribuindo para a otimização dos recursos e a redução de possíveis impactos durante a execução da obra.

5. Memorial descritivo

O Memorial Descritivo estabelece de forma detalhada os elementos constituintes da obra, os respectivos métodos construtivos e as unidades de medida adotadas. As Especificações Técnicas definem as diretrizes e condições para a execução dos serviços, incluindo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis, bem como os critérios de medição e aceitação dos serviços.

É vedada a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, salvo quando acompanhada da expressão “ou equivalente”, devidamente justificada, de modo a assegurar a ampla competitividade do certame, nos termos da legislação vigente.

O Memorial Descritivo pormenorizado encontra-se disponível no:

- **Anexo XXXIV - Memorial Descritivo Arquitetura;**
- **Anexo XXXV - Memorial Descritivo Cabeamento Estruturado;**
- **Anexo XXXVI - Memorial Descritivo Climatização;**
- **Anexo XXXVII - Memorial Descritivo Projeto Elétrico;**
- **Anexo XXXVIII - Memorial Descritivo Projeto Estrutural;**
- **Anexo XXXIX - Memorial Descritivo Instalação de Gás;**
- **Anexo XL - Memorial Descritivo Hidrossanitário;**
- **Anexo XLI - Memorial Descritivo PPCI;**

Deste Projeto Básico, integrando-o para todos os fins.

6. Especificações técnicas

Não se vislumbram serviços, materiais ou equipamentos necessários à execução do objeto que não aqueles previstos na Planilha Orçamentária.

7. Orçamento

O orçamento estimativo da contratação foi elaborado com base nas tabelas oficiais de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e/ou da GOINFRA, considerando a data-base de outubro de 2025.

Para a composição dos custos, foi adotado o regime de BDI onerado, fixado no percentual de 22,47%, cuja composição foi detalhada em conformidade com o Decreto nº 7.983/2013 e demais normativos aplicáveis à formação de preços em obras públicas.

O orçamento encontra-se devidamente instruído e acompanhado dos seguintes documentos técnicos:

- **Composições de custos unitários;**
- **Planilha Orçamentária;**
- **Memorial de cálculo dos quantitativos dos itens relevantes;**
- **Demonstrativo analítico do Benefício e Despesas Indiretas (BDI);**
- **Mapa de Cotação de Preços;**
- **Parcela de Maior Relevância**
- **Cronograma Físico-Financeiro;**

A planilha orçamentária, contemplando os elementos acima descritos, encontra-se devidamente apresentada no **Anexo XLII**. O Relatório de Pesquisa de Preços integra o **Anexo XLIII**, todos elaborados em conformidade com as exigências legais e normativas pertinentes.

O cronograma físico-financeiro foi estruturado de modo a vincular os desembolsos financeiros ao cumprimento de etapas físicas previamente definidas ou ao atingimento de metas de resultado, assegurando maior controle da execução contratual.

Ressalta-se que, quando adotado o regime de execução por empreitada por preço global, é vedada a remuneração baseada em itens unitários isolados, devendo os pagamentos estar vinculados à execução de etapas concluídas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8. Cronograma físico-financeiro ou evento

O cronograma físico-financeiro dos serviços de engenharia encontra-se devidamente detalhado e apresentado no **Anexo Anexo XLII Pág.33 - Cronograma Onerado**, constituindo parte integrante e indissociável do presente instrumento, devendo ser rigorosamente observado pela empresa contratada durante a execução do objeto.

O Cronograma Físico-Financeiro vincula o pagamento ao cumprimento de marcos físicos ou metas de resultado, sendo vedada a remuneração por itens unitários isolados quando adotado o regime de execução por empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativa de viabilidade socioeconômica

A construção da nova Escola Municipalizada Irani Costa constitui uma intervenção estratégica de elevada relevância para o desenvolvimento educacional do município, promovendo benefícios imediatos e estruturantes, com impactos positivos nos horizontes de curto, médio e longo prazo.

A implantação de uma infraestrutura escolar moderna, segura e plenamente compatível com as normas técnicas vigentes proporcionará condições adequadas para o pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. O novo equipamento público será concebido com base em critérios técnicos atualizados, contemplando soluções arquitetônicas, estruturais e funcionais que favoreçam a qualidade pedagógica, a segurança dos usuários e a eficiência operacional da unidade.

A nova edificação permitirá a eliminação de eventuais patologias construtivas e riscos estruturais existentes na unidade atual, assegurando condições adequadas de estabilidade, segurança e salubridade. Além disso, o projeto contemplará integralmente os princípios da acessibilidade universal, em conformidade com a legislação vigente, garantindo o acesso, a circulação e o uso dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo, assim, a inclusão de forma efetiva e equitativa.

Serão incorporadas estratégias de conforto ambiental, por meio da adequada orientação da edificação, aproveitamento otimizado da iluminação natural, complementada por sistemas de iluminação artificial eficientes, ventilação cruzada e, quando necessário, soluções de climatização. Tais medidas contribuirão diretamente para o bem-estar térmico e lumínico dos usuários, refletindo positivamente no desempenho acadêmico dos estudantes e nas condições de trabalho dos profissionais da educação.

A proposta também contempla a ampliação e requalificação dos ambientes internos e externos, possibilitando o aumento da capacidade de atendimento da unidade escolar, a reorganização dos fluxos de circulação e a otimização do uso dos espaços. Essa reestruturação permitirá maior funcionalidade, melhor gestão das atividades pedagógicas e administrativas, além de proporcionar ambientes mais adequados para atividades coletivas, recreativas e de apoio ao desenvolvimento integral dos alunos.

Sob o ponto de vista econômico, a nova edificação será projetada com foco na eficiência e na sustentabilidade, incorporando soluções construtivas modernas, materiais de maior durabilidade e sistemas que favoreçam o uso racional de recursos naturais. Como consequência, espera-se a redução significativa dos custos operacionais ao longo do tempo, especialmente no que se refere à manutenção predial, ao consumo de energia elétrica e ao uso de água.

No âmbito social, os impactos positivos são igualmente relevantes, destacando-se a melhoria das condições de permanência dos estudantes na escola, a redução dos índices de evasão escolar e o fortalecimento do vínculo entre a instituição de ensino e a comunidade local. A disponibilização de espaços adequados, seguros e acolhedores contribuirá para o desenvolvimento socioemocional dos alunos, além de incentivar a participação da comunidade nas atividades escolares.

Adicionalmente, a melhoria da infraestrutura educacional tende a valorizar o ambiente de trabalho, contribuindo para a atração, valorização e retenção de profissionais qualificados, o que impacta diretamente na elevação da qualidade do ensino ofertado.

Por fim, o investimento na construção da nova unidade escolar configura-se como um importante legado para o município, contribuindo de forma significativa para a redução das desigualdades educacionais, a promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e o fortalecimento das políticas públicas de educação. Trata-se de uma ação estruturante, com potencial para gerar impactos sociais e econômicos positivos e duradouros, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida da população.

10. Estudo de concepção e de alternativa

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar possíveis alternativas para solução da problemática relacionada às condições estruturais, funcionais e operacionais da Escola Municipalizada Irani Costa.

O estudo considerou soluções usualmente adotadas pela Administração Pública em situações análogas, especialmente no contexto de edificações escolares que apresentam elevado grau de deterioração física, obsolescência funcional e inadequação às normas técnicas vigentes, incluindo requisitos de segurança, acessibilidade e desempenho.

Cabe destacar que, conforme diagnóstico técnico preliminar, a edificação existente apresenta limitações construtivas significativas, decorrentes de seu estado de conservação, concepção original e sucessivas intervenções ao longo do tempo. Tais limitações comprometem a eficiência do uso dos espaços e inviabilizam sua plena adequação às demandas pedagógicas contemporâneas, bem como às exigências normativas aplicáveis.

Nesse contexto, verifica-se que intervenções convencionais de reforma não são suficientes para garantir a requalificação integral da unidade escolar, especialmente no que se refere à segurança estrutural, acessibilidade universal, conforto ambiental e funcionalidade dos ambientes.

Diante disso, foram analisadas as seguintes alternativas técnicas:

a) Reforma da estrutura existente:

Apresenta menor custo inicial de implantação, porém com baixa eficiência ao longo do tempo. Essa alternativa não assegura a eliminação completa das deficiências estruturais e funcionais identificadas, podendo resultar em recorrentes intervenções de manutenção corretiva, elevação dos custos operacionais e limitações no atendimento às necessidades educacionais.

b) Reforma com ampliação da estrutura existente:

Implica em investimento elevado, sem a correspondente garantia de solução integral dos problemas existentes. Parte das limitações estruturais permaneceria, comprometendo a eficiência global da intervenção e reduzindo a vida útil da edificação como um todo.

c) Demolição da edificação existente e construção de nova unidade escolar no mesmo terreno:

Apesar de demandar maior investimento inicial, apresenta a melhor relação custo-benefício no horizonte de médio e longo prazo. Essa alternativa possibilita a implantação de uma infraestrutura moderna, segura e totalmente adequada às normas técnicas e às diretrizes educacionais vigentes, eliminando de forma definitiva as patologias construtivas e limitações funcionais atualmente existentes.

d) Construção de nova unidade escolar em outro terreno:

Embora tecnicamente viável, esta alternativa pode implicar custos adicionais relacionados à aquisição de área, implantação de infraestrutura básica e eventuais impactos na logística de acesso dos estudantes, além de possíveis prejuízos à integração da unidade escolar com a comunidade atualmente atendida.

e) Execução de reparos e ampliações com utilização de mão de obra própria:

Ainda que possibilite maior controle direto sobre determinadas etapas da execução, essa alternativa tende a apresentar limitações quanto à padronização, produtividade e controle tecnológico dos serviços, além de gerar maior impacto administrativo. Tais fatores comprometem a eficiência global da solução e reduzem sua atratividade sob a ótica do custo-benefício.

A partir da análise comparativa das alternativas apresentadas, conclui-se que a solução mais adequada, sob os aspectos técnico, econômico e funcional, consiste na demolição da edificação existente e na construção de uma nova unidade escolar no mesmo terreno.

Tal conclusão fundamenta-se no elevado grau de comprometimento da estrutura atual, que não se mostra passível de adequação plena às normas vigentes por meio de intervenções parciais. Soma-se a isso o fato de que o terreno encontra-se praticamente integralmente ocupado pela edificação existente, inexistindo áreas disponíveis que permitam ampliações capazes de atender, de forma satisfatória, às demandas atuais e futuras da unidade escolar.

Dessa forma, soluções baseadas na manutenção parcial ou total da estrutura existente tendem a resultar em intervenções de baixa efetividade, com limitações funcionais persistentes, menor vida útil e maiores custos de manutenção ao longo do tempo.

Em contrapartida, a construção de uma nova edificação possibilita o desenvolvimento de um projeto concebido desde sua origem em conformidade com as exigências normativas, diretrizes pedagógicas e critérios técnicos de segurança, acessibilidade, conforto ambiental e eficiência operacional. Portanto, afirmo ser a alternativa que melhor atende ao interesse público, garantindo maior durabilidade do investimento e melhor qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar.

11. Documentos complementares

Com a finalidade de assegurar o entendimento inequívoco e a regularidade técnica do presente processo, encontram-se anexa a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), constantes no **Anexo XLIV**, **Anexo XLV** e **Anexo XLVI** em conformidade com o disposto na Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977.

Integra, ainda, o presente relatório, a Matriz de Gerenciamento de Riscos, constante no **Anexo XLVII**, cujo objetivo consiste na identificação, análise avaliação e tratamento dos riscos inerentes. A Matriz de Riscos visa subsidiar a adequada gestão contratual, promovendo maior segurança jurídica, estabilidade técnica e conformidade normativa da obra, bem como a mitigação de eventos que possam comprometer o cronograma, o orçamento ou a qualidade dos serviços executados.

12. Licenças, outorgas ou autorizações

Para a execução da obra, faz-se necessária a obtenção da Licença do Corpo de Bombeiros, nos termos da legislação vigente. Ressalta-se, contudo, que a referida licença deverá ser apresentada após a conclusão do processo licitatório, sendo expressamente vedada a inauguração, ocupação ou utilização do empreendimento sem a prévia e regular apresentação da mencionada licença.

13. Subsídios

Gestão e Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, conforme as competências estabelecidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando-se a segregação de funções.

Gestor do Contrato

Compete ao gestor a coordenação das atividades relativas à fiscalização técnica e administrativa, bem como o controle do cronograma físico-financeiro e a instrução de processos de aditivos ou sanções.

Compete ao fiscal o acompanhamento direto e sistemático da execução técnica no canteiro, verificando a conformidade dos materiais, a execução dos serviços conforme as normas da ABNT e o registro fiel no Diário de Obras.

Estratégia de Fiscalização e Suprimentos

A fiscalização utilizará como parâmetro o cronograma físico-financeiro aprovado ou o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), devendo a Contratada manter no canteiro de obras a documentação técnica atualizada (projetos *as built*, licenças e diários). A estratégia de suprimentos deve garantir a compatibilidade entre o recebimento de materiais e as etapas de execução, evitando estoques ociosos ou paralisações por desabastecimento.

Quando identificadas não conformidades, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Registro formal:

- Relatório de fiscalização;
- Registro fotográfico;
- Preenchimento do diário de obra;

Notificação da contratada:

- Descrição da irregularidade;

- Indicação do dispositivo contratual descumprido;
- Fixação de prazo para correção;

Prazo para correção:

- Definido conforme a complexidade do serviço, em regra entre **2 e 10 dias úteis**;

Reavaliação:

- Nova vistoria para verificação da regularização.

Prestação de Contas e Registros Fotográficos

Em observância ao princípio da transparência e ao **art. 19, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, a fiscalização deverá manter um sistema de acompanhamento periódico da evolução da obra.

Relatórios Mensais

A Contratada deverá apresentar, juntamente com as medições, relatórios de evolução contendo o comparativo entre o planejado e o executado.

Memória Fotográfica

É obrigatória a inclusão de registro fotográfico datado e georreferenciado (sempre que possível), que demonstre claramente o avanço das etapas medidas e a qualidade dos serviços ocultos (fundações, armaduras, tubulações, etc.). A ausência de fotos comprobatórias poderá ensejar a glosa da medição correspondente.

Obrigações Perante o Órgão de Controle (TCM-GO)

O plano de gestão deve assegurar a alimentação tempestiva dos sistemas de controle externo, garantindo que a documentação da obra esteja apta a comprovar a regularidade da despesa, sob pena de responsabilização solidária do gestor e do fiscal por omissão no dever de fiscalizar, conforme jurisprudência consolidada sobre a efetividade do acompanhamento de obras públicas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO DOS REIS PERES SCUISSATO

DIRETOR DE PROJETOS DE ARQUITETURA



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 16:47:00.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IRANI COSTA.pdf (49.24 KB)
- Anexo II - PROJ.ARQ.CONST.ESC.IRANI.ITABERAI.R00.2026-03-26-PC1.6 - assinado.pdf (5.5 MB)
- Anexo III - PROJ.ARQ.CONST.ESC.IRANI.ITABERAI.R00.2026-03-26-PC2.6 - assinado.pdf (10.75 MB)
- Anexo IV - PROJ.ARQ.CONST.ESC.IRANI.ITABERAI.R00.2026-03-26-PC3.6 - assinado.pdf (7.36 MB)
- Anexo V - PROJ.ARQ.CONST.ESC.IRANI.ITABERAI.R00.2026-03-26-PC4.6 - assinado.pdf (8.68 MB)
- Anexo VI - PROJ.ARQ.CONST.ESC.IRANI.ITABERAI.R00.2026-03-26-PC5.6 - assinado.pdf (5.88 MB)
- Anexo VII - PROJ.ARQ.CONST.ESC.IRANI.ITABERAI.R00.2026-03-26-PC6.6 - assinado.pdf (4.52 MB)
- Anexo VIII - PROJ.CAB_EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 1-1_ assinado.pdf (4.55 MB)
- Anexo IX - PROJ.CLIM.ESC.IRANI.ITABERAI-R00-2026-3-26-PRANCHA1-1 - assinado.pdf (3.5 MB)
- Anexo X - PROJ.ELE.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 1-2_ assinado.pdf (4.5 MB)
- Anexo XI - PROJ.ELE.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 2-2_ assinado.pdf (3.36 MB)
- Anexo XII - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 1-12_ assinado.pdf (3.75 MB)
- Anexo XIII - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 2-12_ assinado.pdf (3.45 MB)
- Anexo XIV - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 3-12_ assinado.pdf (3.23 MB)
- Anexo XV - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 4-12_ assinado.pdf (3.2 MB)
- Anexo XVI - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 5-12_ assinado.pdf (3.18 MB)
- Anexo XVII - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 6-12_ assinado.pdf (3.2 MB)
- Anexo XVIII - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 7-12_ assinado.pdf (3.62 MB)
- Anexo XIX - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 8-12_ assinado.pdf (3.53 MB)
- Anexo XX - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 9-12_ assinado.pdf (3.4 MB)
- Anexo XXI - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 10-12_ assinado.pdf (3.43 MB)
- Anexo XXII - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 11-12_ assinado.pdf (3.26 MB)
- Anexo XXIII - PROJ.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 12-12_ assinado.pdf (3.16 MB)
- Anexo XXIV - PROJ.EST.MET.ESC.IRANI.ITABERAI.R0 1-1_ assinado.pdf (3.2 MB)
- Anexo XXV - PROJ.GAS.GLP.ESC.IRANI.ITABERAI-R00-2026-3-25-PRANCHA1-1 - assinado.pdf (4.52 MB)
- Anexo XXVI - PROJ.HID.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 1-3_ assinado.pdf (3.5 MB)
- Anexo XXVII - PROJ.HID.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 2-3_ assinado.pdf (3.41 MB)
- Anexo XXVIII - PROJ.HID.ESC.IRANI.ITABERAI.R1 3-3_ assinado.pdf (3.76 MB)
- Anexo XXIX - PROJ.PPCI.APROVADO.ESC.IRANI.ITABERAI-R02-2026-03-20-PRANCHA-1-2 - assinado.pdf (6.15 MB)
- Anexo XXX - PROJ.PPCI.APROVADO.ESC.IRANI.ITABERAI-R02-2026-03-20-PRANCHA-2-2 - assinado.pdf (4.7 MB)
- Anexo XXXI - PROJ.SAN.ESC.IRANI.ITABERAI.R2 1-2_ assinado.pdf (3.48 MB)
- Anexo XXXII - PROJ.SAN.ESC.IRANI.ITABERAI.R2 2-2_ assinado.pdf (3.42 MB)
- Anexo XXXIII - ITABERAI-GO_ESCOLA IRANI COSTA_LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO.pdf (415.47 KB)
- Anexo XXXIV - MDC.ARQ.ESC.IRANI.ITABERAI.R0 - assinado.pdf (1.73 MB)
- Anexo XXXV - MDC.CAB.ESTRUTURADO.ESC.IRANI.ITABERAI.R0_ assinado.pdf (623.33 KB)
- Anexo XXXVI - MDC.CLIM.ESC.IRANI.ITABERAI.R0 - assinado.pdf (627.97 KB)
- Anexo XXXVII - MDC.ELE.ESC.IRANI.ITABERAI.R0_ assinado.pdf (614.64 KB)
- Anexo XXXVIII - MDC.EST.ESC.IRANI.ITABERAI.R0_ assinado.pdf (606.13 KB)
- Anexo XXXIX - MDC.GAS.GLP.ESC.IRANI.ITABERAI.R0 - assinado.pdf (882.64 KB)
- Anexo XL - MDC.HDS.ESC.IRANI.ITABERAI.R0_ assinado.pdf (557.63 KB)
- Anexo XLI - MDC.PPCI.ESC.IRANI.ITABERAI.R0 - aprovado.pdf (6.04 MB)
- Anexo XLII - ORC.CONSTRUCAO.ESCOLA.IRANI.ITABERAI.R0 - 2026.03.30 - assinado.pdf (1.63 MB)
- Anexo XLIII - cotacao-detalhado-199-2026.pdf (74.62 KB)
- Anexo XLIV - ART.PROJ.EST.ELE.HIDRO.ESC.IRANI.ITABERAI_ assinado.pdf (331.75 KB)
- Anexo XLV - ART.PROJETO.PPCI.CONST.ESCOLA.IRANI.R0 - assinado.pdf (756.45 KB)
- Anexo XLVI - ART.PROJETOS.ORC.CONST.ESCOLA.IRANI.R0 - assinado.pdf (3.2 MB)
- Anexo XLVII - MR_989403-000089-2026.pdf (72.67 KB)